

Trabalho docente no setor público e o revigoramento da teoria do capital humano

Silvia Alves dos Santos (UEL)
sillalves@uel.br

1 Introdução

O presente texto é fruto de estudos e pesquisas oriundas de nossa atuação como professora no Departamento de Educação da Universidade Estadual de Londrina, no âmbito do projeto de pesquisa “Estado, Universidade e Trabalho: estudo sobre o revigoramento da teoria do capital humano e o desmonte da universidade pública”. Neste estudo analisamos o neoliberalismo como um modelo econômico e ideológico que atua no constante revigoramento da Teoria do Capital Humano, e de modo particular, com implicações para o trabalho docente, especialmente após a aprovação da Lei n. 13.467/2017 (Reforma Trabalhista). Entendemos que revigorar a Teoria do Capital Humano, mediante o uso manipulador da captura da subjetividade do trabalhador é uma estratégia gerencial do capitalismo de manter sua hegemonia e controle sobre o trabalho. Na universidade pública não é diferente. Esse espaço reproduz as relações de forças na sociedade de classes e se mostra um espaço suscetível a indução de políticas e práticas sociais que podem ser emancipadoras, mas também excludentes.

O texto parte de um estudo bibliográfico e documental e pretende contribuir com o debate sobre o tema. A justificativa para esse estudo se mostra relevante por entendermos que a reforma trabalhista é parte da operacionalização do capital para continuar sua dominação, cujas ações subjugam o trabalhador sempre na condição de ter que definir entre perder pouco ou perder tudo.

2 Implicações da reforma trabalhista para o trabalho docente

Entendemos que, ao longo das últimas quatro décadas no Brasil, há um reordenamento da burguesia em torno de práticas mobilizadoras com forte alusão a valores e discursos com apelo moralista que, devido a incompreensão da luta de classes, gera consequências desastrosas para a própria classe trabalhadora (HARVEY, 2008).

O projeto neoliberal de educação atacou o sentido histórico das instituições educativas públicas (escola e universidade), justificando a necessidade de revisar sua inserção social, passando-as a parceiras na execução de serviços destinados à população carente e, permitindo dessa forma, a abertura para grupos financeiros privados, atuar na formação inicial e continuada das diferentes áreas profissionais, consolidando a nova pedagogia da hegemonia (NEVES, 2005).

Sob tal contexto, o papel do Estado se mostra ajustado aos interesses rentistas, a um balcão de negócios (PAULANI, 2008). No rol desses “negócios” nos deparamos com a aprovação da reforma trabalhista com a Lei n. 13.467/2017. Esta reforma trouxe sérias consequências aos trabalhadores de modo geral, e aos professores, servidores públicos, de modo particular.

Nas universidades, sob condições de trabalho cada vez mais extenuantes, os professores vão conduzindo as atividades de ensino, pesquisa e extensão sob forte pressão por assumir funções e atividades burocráticas e administrativas para além daquelas que estão nos contratos de trabalho. O trabalho docente se intensifica pois recai no indivíduo a responsabilidade por dar funcionamento ao serviço público sem a contrapartida do Estado na manutenção dos espaços e dos recursos humanos necessários. Observamos claramente uma política de desmonte do serviço público desconstruindo direitos trabalhistas básicos como: reposição salarial, concursos públicos, progressões, formação continuada.

As formas de operacionalização da reforma trabalhista com contratos flexíveis e precarizados, inclusão do trabalho intermitente, terceirizações nos parece culminar numa política de destruição da estabilidade no serviço público (GALVÃO, KREIN, BIANVASCHI, TEIXEIRA, 2017).

O impacto nas relações de trabalho, é desastroso sob o ponto de vista da continuidade da existência do serviço público como um bem coletivo, um bem comum, que precisa estar no horizonte das lutas sociais como meio de garantir aquilo que é parte das conquistas da humanidade (DARDOT; LAVAL, 2017). Entendemos que a defesa e a construção de *comuns* passam pela compreensão do sentido político da sociedade para a continuidade do gênero humano, e isso alcança o quê se desenvolve nas instituições educativas. Quando há iniciativas que desmobilizam o sentido político daquilo que é coletivo, perde o indivíduo e perde a sociedade de modo geral, porque qualquer projeto

de sociedade que desconsidera o humano e a coletividade está fadada a fracassar e perpetuar as desigualdades.

Para o serviço público, a reforma vem se mostrando uma estratégia de revigoração da Teoria do Capital Humano. Isso significa que o modelo neoliberal, tem reforçado narrativas e práticas que tentam de todas as formas construir consensos em torno do individualismo, do empreendedorismo e da flexibilização.

Praticamente, sessenta anos depois, o capital encontra meios de revigorar essa teoria através daquilo que Frigotto (2011) denomina como novos fetiches, ou seja, velhos ideários travestidos de inovação. A aprovação da reforma traz, em nosso entendimento, o revigoração da Teoria do Capital Humano ao reforçar o empreendedorismo como um novo fetiche, uma nova forma de prevalecer a força do capital sobre o trabalhador. Ao colocar sobre o indivíduo a responsabilidade pelo seu sucesso ou fracasso. Há um reforço na ideia de que não cabe mais a atuação do Estado como garantidor de políticas públicas, direitos/serviços sociais, mas sim que estes podem ser adquiridos conforme as condições econômicas individuais de cada cidadão (SOUZA, 2005).

Importa destacar que os fetiches em torno do empreendedorismo e da flexibilização, são revigorados como práticas sociais que enaltecem e corroboram para ampliar o individualismo em detrimento do coletivo. Corrói-se o sentido histórico do papel dos sindicatos na defesa da coletividade, prevalece a negociação no lugar do legislado (GALVÃO, KREIN, BIANVASCHI, TEIXEIRA, 2017).

As relações de trabalho, passam a operar com os mecanismos da captura da subjetividade do trabalhador (ALVES, 2009), que por sua vez, estão cada vez mais subsumidas ao *modus operandi* do capital. Já não basta a expropriação da mais valia absoluta ou relativa, a expropriação alcança o intangível, precariza e destrói o sentido da humanização pelo trabalho.

3 Considerações Finais

O trabalho docente como parte da dinâmica de funcionamento dos serviços públicos, sofre as influências do contexto político, social e econômico. O professor (servidor público) passa a executar, com ou sem consentimentos e resistências, o projeto de destruição das escolas e universidades públicas. Espera-se do indivíduo a

responsabilidade pelo funcionamento e manutenção da instituição, para além de suas aulas, projetos e orientações.

Compreendemos, portanto, que o enfrentamento necessário diante de um contexto de revigoração da Teoria do Capital Humano, por meio de novas expressões, novos fetiches, passa necessariamente, pela capacidade de reorganização da sociedade, pautada num projeto de educação emancipadora, que possa articular o sentido histórico e político da escola e da universidade pública como princípio e como espaço privilegiado e legítimo para a formação de crianças, jovens e adultos a partir de uma base científica que objetive uma formação omnilateral e contribua para a emancipação do gênero humano.

Referências

- ALVES, G.. A disputa pelo intangível: estratégias gerenciais do capital na era da globalização. In: ALVES, G. A condição de proletariedade: a precariedade do trabalho no capitalismo global. Londrina: Práxis; Bauru: Canal 6, 2009.
- BRASIL. Lei n. 13.467, de 13 de julho de 2017: altera a Consolidação das Leis do Trabalho. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm>. Acesso em: 14.06.21.
- DARDOT, P.; LAVAL, C.. Comum: a nova razão do mundo: ensaio sobre a revolução no século XXI. Tradução de Mariana Echalar. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2017.
- FRIGOTTO, G. Novos fetiches mercantis da pseudoteoria do capital humano no contexto do capitalismo tardio. In: ANDRADE, J. ; PAIVA, L. G. . As políticas públicas para a educação no Brasil contemporâneo: limites e contradições. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2011.
- GALVÃO; KREIN; BIANVASCHI; TEIXEIRA;. A reforma trabalhista e seus prováveis impactos. Carta Social e do Trabalho, Campinas, n. 35, p. 01-18, jan./jun. 2017.
- HARVEY, D.. O Neoliberalismo: história e implicações. Tradução: Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2008.
- NEVES, L. W.(org). A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso. São Paulo: Xamã, 2005.
- PAULANI, L.. O projeto neoliberal para a sociedade brasileira: sua dinâmica e seus impasses. In: PAULANI, Leda. Brasil delivery. São Paulo: Boitempo, Editorial, 2008.
- SOUZA, J. S. O recrudescimento da Teoria do Capital Humano. In: COLÓQUIO MARX E ENGELS, 4., Campinas, 2005. Anais... Campinas: CEMARX/IFCH, 2005.